

RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



2010-2013

Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social

Apresentação do documento

Breve histórico da Fundação ANFIP

Diretoria executiva, Conselho Fiscal e Conselho Curador

Negócio

Valores Organizacionais

Missão

Visão

Mapa Estratégico

Objetivos e Estratégias

RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

APRESENTAÇÃO

Trata o presente documento do Plano Estratégico da Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social período de 2010 a 2013.

Este plano contempla os componentes consagrados do planejamento estratégico alinhado ao modelo preconizado pela metodologia do *Balanced Scorecard (BSC)*. Nele pode-se evidenciar a importância das estratégias que orientam a empresa para o atingimento de seus objetivos, seja por meio da produção de bens ou de oferecimento de serviços.

A formulação das estratégias empresariais é imprescindível, uma vez que a própria estratégia está mergulhada em uma multiplicidade de fatores e de componentes internos e externos. Muitos desses fatores estão situados completamente fora do controle e da previsão da organização.

Diante deste cenário o planejamento estratégico surge como uma valiosa ferramenta que auxilia sobremaneira à alta administração, pois permite nortear as ações gerenciais da Fundação ANFIP dentro de um plano previamente determinado, melhorando assim a qualidade do processo de tomada de decisões, influenciando assim nos resultados esperados para o alcance de sua visão de futuro.

NOSSA HISTÓRIA

A história da existência da "Fundação ANFIP" começou há mais de 10 anos, em 1991. Nesta época, o governo Collor que era sabidamente comprometido com a entrega do Brasil aos interesses estrangeiros, encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de emenda Constitucional conhecida como "Emendão". O objetivo central da proposta era abrir as portas da privatização da previdência social pública aos grupos interessados na exploração da previdência à "moda chilena", implantada pelo então ditador Pinochet.

Entre tantos outros pontos, um deles, em especial, envolvia tema que a ANFIP atuava por dever de ofício: a defesa da Instituição nacional da previdência social pública e solidária. Além disto, havia o empenho na manutenção das garantias constitucionais vigentes, principalmente as que ensejavam condições para o exercício das atividades associativas, na área pública.

No auge do terrorismo demolidor do governo Collor, resistir era uma aventura heróica. Havia a necessidade de se agrupar, de se unir em defesa do interesse público, de efetuar estudos os mais amplos possíveis e de produzir documentos, levantamentos, informações e dados com números atualizados sobre a real situação da previdência social brasileira. Esta tarefa reuniu, em Brasília, por mais de um ano, um excelente grupo de fiscais se empenhou, sem descanso, na árdua e difícil tarefa de oferecer à sociedade uma visão diferente da distorcida e tendenciosa que era oferecida pelo governo.

Este grupo estava consciente das responsabilidades de suas tarefas e da necessidade de apresentar dados e informações sérias, respeitadas e, sobretudo identificadas com as verdadeiras necessidades da sociedade brasileira. A cada grupo de trabalho cabia uma tarefa específica e, ao todo, a unificação dos trabalhos, elaborando relatórios, notas técnicas, propostas e sugestões capazes de ganhar o apoio parlamentar necessário ao combate do "Emendão".

A batalha foi vitoriosa quando o Congresso Nacional ficou convencido da perversidade das propostas do governo Collor que não protegiam nem defendiam a sociedade brasileira. Muito pelo contrário, sangravam fundo nas veias abertas das classes trabalhadoras mais necessitadas, atendendo aos interesses do mundo neoliberal, já internacionalizado e que investia na América do Sul. Do excelente resultado do trabalho deste grupo fiscal é que nasceu a idéia de uma organização de caráter permanente para estudos especializados sobre a previdência social, em particular, e a seguridade social, no geral.

Este organismo teria como objetivo específico a função de subsidiar, acompanhar e atualizar os estudos necessários à resistência, no futuro, das campanhas que viriam a se desdobrar – como ocorreu em 1993, e persistem até hoje - na tentativa de tornar os sistemas previdenciários e de saúde privilégio de poucos que dispunham de condições financeiras para adquirir sua própria proteção, mesmo que o custo desta tese diabólica seja a marginalização da grande parcela da sociedade trabalhadora.

Em outubro de 1993 – na revisão constitucional – a ANFIP criou, informalmente, o "Centro de Estudos Superiores da Seguridade Social" como semente básica para manter esse grupo permanente de estudos. Assim, a idéia lançada em 1991 germinou sem pressa até para

amadurecer a forma de sua organização e funcionamento como instrumento amplo e específico de debates técnicos.

Em agosto de 1995, na XV Convenção Nacional, em João Pessoa (PB) foi aprovada a formalização, no Estatuto da ANFIP (art. 5º, X), do Centro de Estudos da Seguridade Social, como órgão permanente da entidade. Revelaram-se excelentes colegas nos estudos e produção de trabalhos altamente positivos, inclusive alguns inéditos como as publicações "Legislação Previdenciária – Leis nos 8.212 e 8.213", os decretos reguladores e, em especial, os estudos da "Previdência ao redor do mundo", analisando os regimes de 166 países para conhecimento de toda a categoria e dos estudiosos da matéria.

Em Agosto de 1997, na XVI Convenção Nacional, em Fortaleza, foi aprovada a proposta de incluir no Estatuto da ANFIP a criação e manutenção da "Fundação". Mesmo assim, o Conselho Executivo, com serenidade, continuou debatendo durante os anos de 1998, 1999 e 2000, a melhor organização para a nova entidade. Divulgou, amplamente, propostas e projetos de Estatuto, estrutura, funcionamento e outros atos em seus veículos de publicidade interna (Internet, Informativos, Linha Direta, etc), recebendo emendas e sugestões que visavam o melhoramento e o aperfeiçoamento da entidade.

Em 5 de dezembro de 2000, após a necessária aprovação da Promotoria das Fundações, do Ministério Público do Distrito Federal e dos atos jurídicos e legais de lavratura da Escritura Pública de instituição da "Fundação ANFIP" e registro do seu Estatuto no Cartório de Pessoas Jurídicas, é que se foram empossados os membros dos Conselhos Curador e Fiscal e da Diretoria Executiva.

Agora temos, ainda criança, a "Fundação", nascida das idéias e das propostas dos colegas que, por muitos anos, se dedicaram a estudos e análises de matérias específicas vinculadas à Seguridade Social. Vai precisar de tempo para crescer e aparecer, como é de sua obrigação. É uma entidade destinada a estudos e trabalhos específicos de sua área. Isto é preciso ficar bem claro. Suas tarefas não se confundem com as da representação política, social e jurídica que a ANFIP, há 51 anos, detém como entidade de defesa dos interesses da classe.

As diretrizes filosóficas dos trabalhos e estudos da Fundação estão a cargo de sete Conselheiros que compõem o Conselho Curador. As tarefas de administrar, executar tarefas e promover as atividades é encargo de outros cinco dirigentes que compõem a Diretoria Executiva.

A "Fundação ANFIP" é, repito, um órgão de estudos e, como tal, pretende conviver com o contraditório no mundo das idéias para poder trabalhar e ser respeitada. Deverá, por conseqüência, apresentar suas próprias idéias e defendê-las, tendo como base a busca do postulado Constitucional (art. 3º, I) de buscar construir uma sociedade "livre, justa e solidária".

DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO CURADOR

Floriano Martins de Sá Neto

Presidente

Caetano Évora da Silveira Neto

Diretor Administrativo

Albenize Gatto Cerqueira

Diretora Financeira

Sandra Consuelo Abreu Chuves

Diretora de Planejamento

Ana Lúcia Guimarães Silva

Diretor de Cursos e Eventos

Membros Suplentes da Diretoria Executiva

Vilson Antônio Romero

1º Suplente

Aurora Maria Miranda Borges

2º Suplente

Benedito Leite Sobrinho

3º Suplente

Conselho Fiscal

Membros Titulares

Givanildo Aquino da Silva

José Geraldo de Oliveira Ferraz

Pedro Augusto Sanches

Membros Suplentes do Conselho Fiscal

Durval Azevedo de Sousa

1º Suplente

Rubens Moura Carvalho

2º Suplente

CONSELHO CURADOR

Membros Titulares

Jorge Cezar Costa

Floriano José Martins

Maria do Carmo Costa Pimentel

Amauri Soares de Souza

Décio Bruno Lopes

Rosana Escudero de Almeida

Eurico Cervo

Membros Suplentes do Conselho Curador

Ana Mickelina Carreira

1º Suplente

Leila de Souza de Barros Signorelli de Andrade

2º suplente

José Roberto Pimentel Teixeira

3º Suplente

Roswilcio José M. Góis

4º Suplente

NOSSO NEGÓCIO

Negócio é onde a empresa deseja competir dentro da indústria. (Porter, 1991:47)

Conhecimento

NOSSOS VALORES ORGANIZACIONAIS

Valores organizacionais são padrões de conduta praticados pela organização.

Qualidade

Justiça

Planejamento

Criatividade

Flexibilidade

Reconhecimento

NOSSA MISSÃO

Missão é a razão da existência da organização, define quais os principais resultados que ela busca alcançar.

Produzir e disseminar conhecimento na área de seguridade social e tributária, em todo o território nacional, contribuindo para a defesa e preservação dos direitos sociais e cidadania.

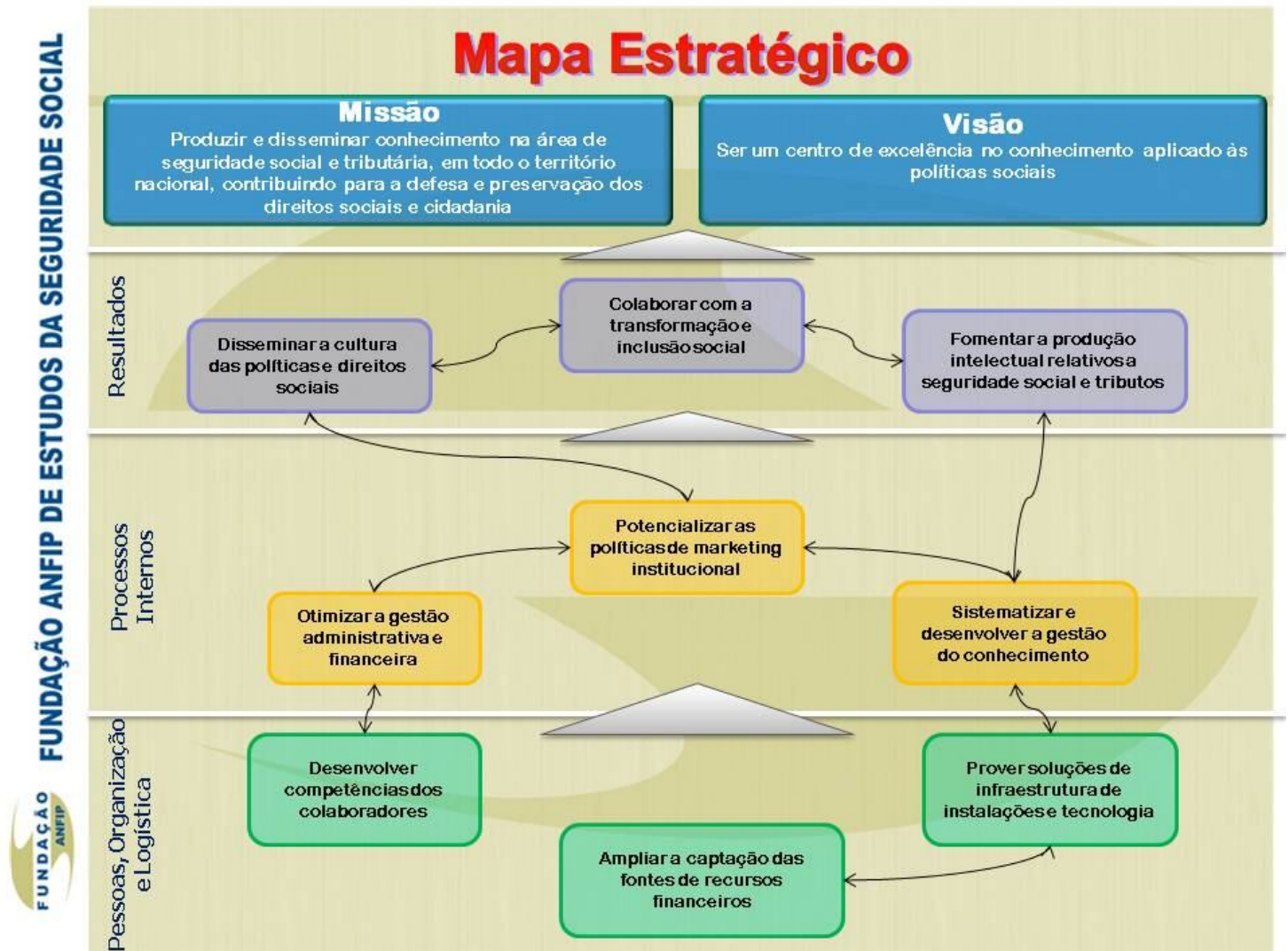
NOSSA VISÃO DE FUTURO

Visão de futuro é uma imagem de um estado futuro desejado e possível para a organização, coerente com sua Missão e vinculado à sua liderança.

Ser um centro de excelência no conhecimento aplicado as políticas sociais.

NOSSO MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico descreve de forma clara a estratégia através de objetivos vinculados entre si (relação de causa e efeito) distribuídos em perspectivas ou dimensões.



NOSSOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ESTRATÉGIAS

Objetivos são os resultados a serem perseguidos continuamente pela organização. Estratégias são os caminhos, escolhidos dentre várias opções, a serem trilhados para se alcançar a orientação definida para a organização.

Desenvolvimento da perspectiva Resultados

Objetivo estratégico: OE 01 – Disseminar a cultura das políticas e direitos sociais

Estratégias: Propagar o conhecimento acumulado na entidade

Objetivo estratégico: OE 02 – Colaborar com a transformação e inclusão social

Estratégias: Prospectar e formular novas alternativas de inclusão social

Objetivo estratégico: OE 03 – Fomentar a produção intelectual relativos à seguridade social e tributos

Estratégias: Produzir trabalhos e estudos relacionados à seguridade e tributos

Desenvolvimento da perspectiva Processos Internos

Objetivo estratégico: OE 04 – Otimizar a gestão administrativa e financeira

Estratégias: Desenvolver sistema integrado de gestão e gerenciamento

Objetivo estratégico: OE 05 – Potencializar as políticas de marketing institucional

Estratégias: Elaborar a política de marketing
Implementar instrumentos de divulgação

Objetivo estratégico: OE 06 – Sistematizar e desenvolver a gestão do conhecimento

Estratégias: Desenvolver sistema de gestão do conhecimento

Desenvolvimento da perspectiva Pessoas, Organização e Logística

Objetivo estratégico: OE 07 – Desenvolver competências dos colaboradores

Estratégias: Treinar e Capacitar colaboradores

Objetivo estratégico: OE 08 – Prover soluções de infraestrutura de instalações e tecnologia

Estratégias: Modernizar a infraestrutura atual

Objetivo estratégico: OE 09 – Ampliar a captação das fontes de recursos financeiros

Estratégias: Buscar convênios, parcerias e acordos de cooperação técnica
Promover ações em proveito de patrocínios e novas fontes de receita